DECISÃO SINGULAR DSG - G.ODJ - 599/2022

PROCESSO TC/MS	: TC/13365/2015/001
PROTOCOLO	: 1784909
ÓRGÃO	: PREFEITURA MUNICIPAL DE CASSILÂNDIA
ASSUNTO	: RECURSO ORDINÁRIO
RECORRENTE	: MARCELINO PELARIN
DELIBERAÇÃO RECORRIDA	: DECISÃO SINGULAR DSG-G.JD-10023/2016
RELATOR	: CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

RECURSO ORDINÁRIO. MULTA POR INTEMPESTIVIDADE. REDUÇÃO CONCEDIDA PELA LEI ESTADUAL N. 5.454/2019. QUITAÇÃO. PERDA DO OBJETO PROCESSUAL. EXTINÇÃO. ARQUIVAMENTO.

DO RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Ordinário interposto pelo Sr. Marcelino Pelarin, ex-prefeito do Município de Cassilândia, em face da Decisão Singular DSG-G.JD-10023/2016, proferida no Processo TC/13365/2015, que o apenou com multa regimental, no valor correspondente a 30 (trinta) UFERMS, em razão da intempestividade na remessa de documentos a este Tribunal

O presente recurso foi recebido pela Presidência desta Corte de Contas, por meio do Despacho DSP-GAB.PRES.-50387/2017 (peça 3).

Posteriormente à petição recursal, o recorrente recolheu a sanção pecuniária que lhe foi imposta na Decisão Singular DSG-G.JD-10023/2016, com redução de 90%, em razão da adesão ao desconto concedido por meio da Lei Estadual n. 5.454/2019 (Refis).

Instado a se manifestar nos autos, o Ministério Público de Contas, por meio do Parecer PAR-4ª PRC-547/2022 (peça 10) opinou pelo arquivamento do presente processo, nos termos do art. 5º da Instrução Normativa PRE/TCMS n. 13/2020.

DA DECISÃO

Em consulta aos autos originários (TC/13365/2015) verifica-se que a multa aplicada ao Sr. Marcelino Pelarin, ex-prefeito do Município de Cassilândia, por meio da Decisão Singular DSG-G.JD-10023/2016, objeto de revisão neste processo, foi devidamente quitada, em decorrência da adesão ao Refis, consoante Certidão de Quitação de Multa fornecida pelo e-Siscob (peça 22 – TC/13365/2015).

Assim, em razão da perda do objeto processual para julgamento, acolho o parecer da Procuradoria de Contas e, com fulcro no art. 11, V, “a”, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS) aprovado pela Resolução TCE/MS n. 98/2018, c/c o art. 6º, §§ 1º e 2º, da Instrução Normativa PRE/TCMS n. 13/2020, **DECIDO** pela **extinção, sem julgamento de mérito**, e pelo **arquivamento** deste feito.

À Gerência de Controle Institucional para cumprimento.

Campo Grande/MS, 08 de fevereiro de 2022.

CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO
Relator

rcc